

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GUSTAVO POSSAMAI D'AGOSTIN

**ESOCIAL: AS PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DA
REGIÃO DE CRICIÚMA/SC**

CRICIÚMA

2021

GUSTAVO POSSAMAI D'AGOSTIN

**ESOCIAL: AS PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DA
REGIÃO DE CRICIÚMA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharelado no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Me. João Vanio Mendonça Cardoso

CRICIÚMA

2021

GUSTAVO POSSAMAI D'AGOSTIN

**ESOCIAL: AS PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DA
REGIÃO DE CRICIÚMA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Tributária.

Criciúma, 21 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. João Vanio Mendonça Cardoso - Mestre - UNESC - Orientador

Prof Leonel Luiz Pereira - Mestre - UNESC

Prof Luan Philippi Machado - Mestre - UNESC

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os familiares, em especial meus pais por sempre me apoiarem em todos esses anos.

Agradeço a todos meus amigos, que sempre estarão ao meu lado quando eu precisar.

Agradeço a todos os meus colegas de curso nessas 9 fases, especialmente a ao meu grupo Cláudio, Ednelson, Luiz, Matheus e Renan.

Agradeço também a minha namorada, que me apoiou a todo o momento e nunca me deixou desistir de correr atrás de meus sonhos.

E por fim agradeço a meu orientador João Vânio e ao meu orientador do projeto Leonel, que me ajudaram incansavelmente na conclusão deste estudo.



ESOCIAL: AS PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE DA REGIÃO DE CRICIÚMA/SC

Gustavo Possamai D'Agostin¹

João Vânio Mendonça Cardoso²

RESUMO: O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) foi desenvolvido em 2014, visando a simplificação e a unificação das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, revolucionando e padronizando o envio dessas informações em todo território nacional. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi analisar as percepções dos profissionais de contabilidade da região de Criciúma/SC acerca do eSocial. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, com abordagem descritiva no que se refere aos objetivos, e no que tange aos procedimentos uma pesquisa de levantamento. Como instrumento foi utilizado um questionário com quatorze questões fechadas, aplicados a uma amostra de 42 profissionais de contabilidade da região de Criciúma/SC. Os principais resultados demonstraram que no processo de implantação do eSocial a maior dificuldade foi conscientizar os gestores sobre esta nova mudança, e a adequação dos procedimentos internos continua sendo hoje o maior desafio, apesar de os profissionais apontarem seu conhecimento sobre o eSocial como suficiente. Além disso foi possível observar uma melhora na simplificação de informações e uma pequena redução no tempo despendido com as obrigações. Em contrapartida, os profissionais apontaram um grande aumento nos gastos e na burocracia. Por fim, foi possível concluir com este estudo que, ainda que os profissionais não tenham investido em treinamentos e cursos suficientes, estão acostumados com a nova plataforma e no geral possuem uma percepção positiva sobre a implantação do eSocial, apesar de concordarem que o maior beneficiado é o governo.

PALAVRAS – CHAVE: Obrigações acessórias. Departamento de Pessoal. Desafios do eSocial. Folha de Pagamento.

ÁREA TEMÁTICA: Tema 05 - Contabilidade Tributária

1 INTRODUÇÃO

Com o grande aumento das tecnologias e informações digitais, a contabilidade, no âmbito global, precisou evoluir para se adequar às mudanças tecnológicas, bem como o próprio Governo do Brasil, que para atender e suprir as necessidades da sociedade criou o que se chama de *Governo eletrônico* ou *e-Governo* (SEBOLD *et al.*, 2012).

A partir das mudanças e inovações do e-Governo, a escrituração digital praticada pela contabilidade começa a ser evidenciada, e dessa forma, como um dos

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Professor Mestre, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



pontos principais deste surgimento cita-se o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Com a publicação do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 e a posterior modificação pelo Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013, foi instituído o SPED, com o objetivo de unificar o envio das informações e comunicação dos documentos de escrituração contábil e fiscal entre os contribuintes e o fisco (BRASIL, 2007; 2013).

Almejando a unificação do envio das informações ao Governo, estabeleceu-se, por meio do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), como um dos mais recentes projetos do SPED. Conforme menciona este referido Decreto, o projeto eSocial foi instituído para unificar o envio das informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, com o intuito de padronizar esse envio em todo território nacional (BRASIL, 2014).

Em sua essência, conforme menciona o Manual de Orientação do eSocial (2019), o sistema instituiu os meios de como devem ser prestadas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Esses novos meios, conforme o referido manual, não se caracterizam, portanto, como uma nova obrigação tributária do contribuinte, mas uma nova forma de como essas obrigações devem ser prestadas. Não houve alteração das leis já criadas, mas, em contrapartida, houve a elaboração de um meio simplificado para que seja possível atendê-las (MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO ESOCIAL, 2019).

Nesse sentido, na busca por atender a diversos órgãos e entidades que terão acesso ao sistema, o eSocial foi instituído visando a simplificação dos envios das informações. Para atender a tal objetivo, várias obrigações acessórias foram e estão sendo substituídas, de forma que as informações anteriormente enviadas para diferentes órgãos, em programas/sistemas distintos, serão unificadas e facilitadas unicamente em um portal de envio das informações. Além disso, em busca dessa simplificação, o eSocial objetiva: eliminar informações em duplicidade; diminuir a burocracia que enfrentam as rotinas do Departamento de Pessoal (DP); e, principalmente, unificar todo envio de informações, fazendo com que os dados sejam enviados a uma só plataforma a fim de que fiquem disponíveis de modo centralizado para consulta de todos os órgãos, organizações, empregadores e trabalhadores (IOB, 2020). Entretanto, em razão da alta complexidade da plataforma, quantidade de informações necessárias e o curto prazo de envio das informações, além de capacitação adequada, vital para o envio das informações por meio das plataformas ao portal, é questionável se o termo simplificação seja um dos pontos chave do eSocial.

Assim considerando, por um lado a busca pela simplificação do sistema eSocial, e, por outro, a alta complexidade requerida no processo de envio de informações para a plataforma, surge o seguinte questionamento: Quais as percepções dos profissionais de contabilidade da região de Criciúma/SC acerca do eSocial?

A partir deste questionamento, tem-se como objetivo geral deste estudo, analisar as percepções dos profissionais de contabilidade da região de Criciúma/SC acerca do eSocial.

Para atingir o objetivo geral são apontados os seguintes objetivos específicos: a) identificar quais os desafios/dificuldades por parte dos profissionais de contabilidade com o eSocial; b) conhecer qual o grau de entendimento/proximidade dos profissionais de contabilidade a respeito do eSocial; c) analisar qual impacto no geral trouxe a implantação do eSocial.



Diante do exposto, cabe destacar que a relevância deste estudo se apoia na justificativa de que se trata de um assunto relativamente novo, considerando a recente implantação do eSocial. Soma-se isso, os novos grupos de empresas estarão obrigadas a adesão. Tendo isso em vista, esta pesquisa tende a contribuir tanto com novas informações sobre a temática, quanto sobre as percepções em relação aos objetivos propostos pelo eSocial, na percepção daqueles que já fazem uso desta tecnologia da informação.

Nesses termos, do ponto de vista prático, o estudo se torna relevante, uma vez que aponta informações referentes à forma correta do envio e dos novos prazos, para que os usuários possam transmitir as informações tempestivamente, evitando complicações futuras. Por outro lado, do ponto de vista do aspecto social, apresenta relevância para a classe trabalhadora e para a sociedade em geral, visto que este estudo contribuirá para as percepções que afetam o cumprimento dos direitos trabalhistas e previdenciários de todos os trabalhadores, com informações sobre suas contribuições e seus direitos previdenciários a que possuem, bem como uma permitir que a empresa atue com mais transparência diante da sociedade e da justiça.

Por fim, cabe destacar que este estudo está dividido em cinco seções: sendo iniciado por esta introdução, seguido pela segunda seção tratando acerca da fundamentação teórica sobre o tema. A terceira seção apresentará os procedimentos metodológicos utilizados para construção da pesquisa, enquanto a seção quatro apresentará a análise dos dados obtidos e por fim as considerações na quinta seção. Na sequência, as referências e o apêndice.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta fundamentação teórica serão evidenciados os principais assuntos que norteiam esta pesquisa, tais como: A evolução da contabilidade digital e posterior surgimento do SPED e a criação do projeto eSocial. No que concerne ao eSocial, será discutido sobre o seu conceito, e principalmente seu impacto nas organizações, de modo a demonstrar suas vantagens e desvantagens.

2.1 CONTABILIDADE DIGITAL

Com os avanços tecnológicos florescendo pelo mundo inteiro, as velhas rotinas manuais e os trabalhos braçais foram perdendo seu espaço, dando lugar a práticas sociais cada vez mais digitalizadas. Com isso, a contabilidade precisou se adaptar às mudanças que aconteciam à sua volta. Dessa forma, conforme Martin *et. al* (2012), as rotinas antigas que antes eram as principais operações da contabilidade foram sendo substituídas por tarefas automatizadas. Os processos manuais realizados, por exemplo, em livros e registros, perderam seu espaço para arquivos digitais armazenados em rede, dando livre acesso aos usuários simultaneamente entre eles.

Com o passar do tempo, a ideia de que o profissional contábil era requisitado apenas para formalização da empresa e apresentação de seus números aos administradores foi se perdendo, passando assim, a ser requisitado por sua postura confiante para ser o gerador das informações e, conseqüentemente, passou a ser considerado um profissional responsável pela tomada de decisões. Desse modo, com esse novo perfil e papel do contador, foram sendo desenvolvidos, com o avanço da contabilidade digital no mundo inteiro, sistemas de informações e *softwares*



específicos para a evidenciação dos resultados e tomada de decisão, oferecendo uma melhoria nos serviços dos profissionais contábeis (MARTINS *et. al*, 2012).

Desta forma, as antigas rotinas realizadas pelos profissionais de contabilidade, como os lançamentos contábeis, a escrituração dos livros fiscais para apuração de impostos, bem como a elaboração de relatórios mensais, balanços e demonstrações de resultado, antes realizadas de forma manuscrita, passaram a ser registradas em computadores por meio de sistemas de informações, *softwares* contábeis, financeiros e administrativos, ou de forma integrada com os avançados *Enterprise Resource Planning (ERPs)* (MARTINS *et. al*, 2012).

No Brasil não foi diferente. Com o avanço das tecnologias e a evolução digital, o governo brasileiro também vivenciou as grandes transformações tecnológicas digitais e, desse modo, foi necessário reinventar-se para poder acompanhar tais mudanças. É nesse contexto, conforme discorrem Sebold *et. al* (2012), que foi estabelecido o governo eletrônico, capaz de proporcionar que as esferas governamentais se tornassem presentes de forma *on-line* e melhorassem os serviços à comunidade. Dessa forma, com a criação do governo eletrônico, a escrituração, antes realizada totalmente de forma manuscrita, foi substituída e informatizada por uma escrituração eletrônica cortando total relação com os processos manuais. Foi, então, nesse período que se deu a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

2.1.1 Escrituração Fiscal Digital

O Projeto SPED nasceu efetivamente em 22 de janeiro de 2007 com a publicação do Decreto nº 6.022, e posteriormente foi alterado pelo Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013. Participante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, o SPED é instituído em um processo de integração entre a Secretaria da Receita Federal, as três esferas governamentais e os órgãos e entidades da administração pública federal com empresários e pessoas jurídicas, inclusive as imunes e isentas, sendo um instrumento criado com o intuito de unificar o envio e a comunicação das informações integrantes da escrituração contábil e fiscal prestadas e emitidas de forma eletrônica entre o contribuinte e o fisco (BRASIL, 2007; 2013).

Objetivando a integração das esferas do poder, o SPED visa a padronização do compartilhamento das informações contábeis e fiscais entre contribuintes e fisco, de modo que contribua também para a identificação de ilícitos tributários (SANT'ANA; TELÓ, 2010). Além disso, cabe ressaltar que o objeto dessa unificação são as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos referentes às escriturações fiscal e contábil, transmitidos de forma computadorizada (BRASIL, 2007).

Para atender a esses objetivos, Sant'Ana e Teló (2010) afirmam que após sua implantação o SPED apresentou três projetos iniciais para substituir a escrituração manual pelo meio digital de forma definitiva, são eles: a Escrituração Contábil Digital (ECD), a Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NFE).

A ECD, também denominada SPED Contábil, foi implantada visando basicamente substituir a escrituração manual antiga ainda realizada em papel, por uma versão totalmente digital, para envio das informações do livro Diário, livro Razão, bem como balancetes diário, Balanço e fichas de lançamentos comprobatórios dos



assentamentos neles transcritos (FILIPIN *et al.*, 2016). A EFD, por sua vez, é voltada para a transmissão de informações relativas às operações fiscais e contábeis junto às Unidades Federativas (UFs) da localidade das empresas, visando que as informações das empresas localizadas em diferentes UFs sejam padronizadas em um único leiaute. Os objetos da EFD são os Registros de Entradas e Saídas, Registro de Inventário e Livros de Apuração de impostos estaduais como Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e federais como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) (OLIVEIRA; ÁVILA, 2016).

Por fim, a NFe foi introduzida pelo projeto SPED para substituir a antiga Nota fiscal, ainda preenchida a mão em talões impressos. Dessa forma, ela também foi padronizada como documento fiscal eletrônico em todo território nacional, simplificando, assim, as obrigações para o contribuinte e ao mesmo tempo servindo ao governo como ferramenta de controle para diminuição de sonegação e arrecadação de tributos (PETRI *et al.*, 2013).

Apresentado, aqui, os três projetos iniciais do SPED, vale acrescentar que, por outro lado, além dos projetos pioneiros, o SPED, conforme Cardoso (2016), seguiu sua expansão e dando lugar a outros subprojetos como: Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT); Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real (e-LALUR); Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSe); Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e); Central de Balanços; EFD-Contribuições e EFD-Social (Escrituração Fiscal da Folha de Pagamento e das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais), mais conhecido como eSocial.

É importante salientar que, embora o SPED tenha se expandido para outros subprojetos, os quais foram mencionados anteriormente, a atenção deste estudo está voltada ao seu projeto mais recente, mais especificamente ao eSocial, assim como já foi explanado ao longo deste texto.

2.2 ESOCIAL

Como elucidado brevemente no início deste estudo, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) foi estabelecido por meio do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, como um dos mais recentes projetos do SPED. Desenvolvido e mantido em conjunto pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo Ministério da Previdência Social (MPS), pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), o projeto eSocial, ressalta-se aqui, foi instituído basicamente para unificar o envio das informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, com o intuito de padronizar este envio em todo território nacional (BRASIL, 2014).

Teoricamente, conforme discorre Oliveira (2014), o eSocial foi estabelecido visando três pontos fundamentais, a saber: garantir os direitos previdenciários e trabalhistas aos trabalhadores; simplificação na entrega das obrigações acessórias; e melhorar a qualidade no que se refere às informações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, por meio de um sistema de coleta e armazenamento de informações, para futuras consultas e fiscalização, no Ambiente Nacional do eSocial.

Conforme o Manual de Orientação do eSocial (2019) estão obrigados ao eSocial todos aqueles que possuam qualquer relação de trabalho ou obrigação trabalhista, tributária ou previdenciária na contratação de pessoa física para prestação



de serviço; os contribuintes com atividades de aquisição e comercialização de produção rural; e os contribuintes que estiverem na situação de ‘sem movimento’, com exceção das pessoas físicas que estiverem ‘sem movimento’ no início da obrigatoriedade até que a situação de movimento altere, dos Microempreendedores Individuais sem obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias e dos Fundos de Investimento que não constituírem personalidade jurídica.

É importante destacar que o Contribuinte/Empregador é o responsável para iniciar os envios das informações ao eSocial. Ademais, não é preciso que o empregador entre em contato ou precise se cadastrar de forma pessoal ou presencial em algum órgão público. Ele mesmo é o responsável por fazer a inserção dentro do Ambiente Nacional do eSocial, onde todo o processo de inserção na plataforma do eSocial terá início através do envio do primeiro evento, conforme a data de obrigatoriedade da empresa (PACHECO FILHO; KRUGER, 2015).

2.2.1 Obrigatoriedade e Eventos

Para realizar o envio das informações ao eSocial, as empresas estarão sujeitas à classificação da empresa em grupos 1º, 2º, 3º e 4º conforme o seu tipo e faturamento. Após enquadrada em determinado grupo, a empresa iniciará o envio dos eventos na data de obrigatoriedade estabelecida conforme a fase estipulada pelo próprio eSocial, sendo que esses eventos são classificados por tipo, respectivamente: envio das informações do empregador; eventos não periódicos como dados e movimentações dos trabalhadores; envio dos eventos periódicos da folha de pagamento e dados referentes a saúde e segurança do trabalho (SST) (BRASIL, 2020).

De acordo com as orientações no Manual de eSocial (2019), o processo de enquadramento de classificação nos grupos do eSocial é realizado como demonstrado no Quadro 01.

Quadro 01 – Classificação dos Grupos

1º GRUPO	2º GRUPO	3º GRUPO	4º GRUPO
Grandes Empresas	Demais entidades Empresariais	Empregador Pessoa Física (PF), Optantes pelo Simples, Produtor Rural PF e entidades sem fim lucrativo	Órgãos públicos e organizações internacionais
Empresas com faturamento no ano de 2016 acima de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), integrantes de “Entidades Empresariais” do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634	Empresas com faturamento em 2016 de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), exceto optantes pelo Simples Nacional.	Empresas não pertencentes aos grupos 1º, 2º e 4º: Empresas optantes pelo Simples Nacional, empregadores Pessoa Física (exceto empregadores domésticos), Produtor Rural PF e entidades sem fins lucrativos.	Órgãos públicos da “Administração Pública” e as organizações internacionais de “Organizações Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais” do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Manual de Orientações do eSocial (2019).



Conforme exposto no Quadro 01, após enquadrada em um dos quatro grupos, a empresa deverá realizar o envio das informações de acordo com a data de obrigatoriedade das fases, assim informadas no Quadro 02, estipulados pelo Comitê Diretivo do eSocial. Vale ressaltar que as datas das obrigatoriedades estão sujeitas a diversas alterações e manutenções desde sua implantação. A seguir, o Quadro 02 - elaborado conforme a última alteração no calendário publicada no Portal do eSocial conforme as Portarias Conjuntas RFB/SEPRT nº 76 e 77 em 23 de outubro de 2020 - demonstra a obrigatoriedade do envio das fases.

Quadro 02 – Datas de Obrigatoriedade quanto ao Faseamento

Fase	Tipo de Evento	1º GRUPO	2º GRUPO	3º GRUPO	4º GRUPO
Fase 1	Iniciais e Tabelas	08/01/2018	16/07/2018	10/01/2019	08/07/2021
Fase 2	Não Periódicos	01/03/2018	10/10/2018	10/04/2019	08/11/2021
Fase 3	1. Periódicos	01/05/2018	10/01/2019	10/05/2021	08/04/2022
	2. Substituição da GFIP Contribuição Previdenciária	Agosto/2018	Abril/2019 e Julho/2021 *	Julho/2021	Junho/2022
Fase 3	3. Substituição da GFIP FGTS	Resolução CCFGTS nº 926/2019	Resolução CCFGTS nº 926/2019	Resolução CCFGTS nº 926/2019	Resolução CCFGTS nº 926/2019
Fase 4	Segurança e Saúde no Trabalho (SST)	08/06/2021	08/09/2021	10/01/2022	11/07/2022

Legenda:

* A substituição da GFIP para recolhimento da Contribuição Previdenciária está dividida em duas datas distintas para as empresa do 2º Grupo, sendo:
Abril/2019 - Para empresas com faturamento acima de R\$ 4,8 milhões no ano calendário-2017
Julho/2021 - Faturamento inferior a R\$ 4,8 milhões em 2017 e empresas constituídas após o ano-calendário 2017, independentemente do faturamento

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Portal eSocial (2020).

Com a implantação do eSocial, novos conceitos e ideias surgiram para que fosse possível iniciar a utilização da plataforma e do Ambiente Nacional do eSocial. Dessa forma, Pacheco Filho e Kruger (2015) citam o evento como um dos importantes conceitos que surgiram com a chegada do eSocial. O evento seria, portanto, um elemento essencial para que as informações registradas em meio físico fossem transportadas para o ambiente do eSocial. Conforme esses mesmos autores, os eventos podem ser classificados em três tipos diferentes: eventos iniciais e de tabelas; eventos não periódicos e eventos periódicos.

É importante destacar que os eventos seguem uma ordem cronológica e uma hierarquização, onde cada um deles, com exceção do primeiro a ser enviado, necessitam que um 'evento anterior' já tenha sido enviado ao eSocial. Os eventos iniciais são os primeiros eventos a serem enviados pela empresa ao eSocial, onde serão constatadas as informações cadastrais e operacionais da empresa. Assim como os eventos de tabela, que devem ser enviados para que os posteriores eventos



periódicos e não periódicos possam ser validados, representando a hierarquização mencionada anteriormente (PACHECO FILHO; KRUGER, 2015).

Adiante, no Quadro 03 são apresentados alguns dos eventos iniciais e de tabelas.

Quadro 03 – Eventos Iniciais e de tabelas

Código	Nome	Funcionalidade	Prazo de envio
S-1000	Informações do Empregador/Contribuinte/Órgão Público	Primeiro evento a ser enviado pela empresa, não sendo possível enviar nenhum evento antes dele. Fornece as informações cadastrais da empresa como: classificação tributária; regime tributário; natureza jurídica; situação da empresa; etc...	Início da utilização do eSocial.
S-1005	Tabela de Estabelecimentos, Obras ou Unidades de Órgãos Públicos	Identifica os estabelecimentos e obras de construção civil; informações de matriz e filiais; informações relativas ao CNAE preponderante; Fator Acidentário de Prevenção (FAP), alíquota do Risco Ambiental do Trabalho (RAT), dentre outros.	Enviado após o S-1000 e antes dos periódicos/não periódicos.
S-1010	Tabela de Rubricas	Detalhamento das informações referente as rubricas da folha de pagamento da empresa. Utilizado para validação dos eventos de remuneração dos trabalhadores.	Enviado após o S-1000 e antes da remuneração e desligamento.
S-1030	Tabela de Cargos/Empregos Públicos	Informações referentes à identificação de cargo dos empregados e trabalhadores sem vínculo.	Enviado após o S-1000 e antes da admissão.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Manual de Orientações do eSocial (2019).

Nos eventos não periódicos são enviadas as informações dos empregados e trabalhadores sem vínculo, relativos às informações da situação em que se encontram, tais como: admissão, início de contrato, afastamentos, desligamentos, dentre outras informações. Deverão ser enviados após os eventos iniciais e de tabelas e antes dos eventos periódicos, e não possuem data prevista para acontecer, em razão de somente serem enviados quando ocorrer tais situações mencionadas anteriormente. São, portanto, enviados sem uma periodicidade pré-definida (REZENDE; SILVA; GABRIEL, 2018). A seguir no Quadro 04 serão apresentados alguns exemplos de eventos não periódicos, bem como sua funcionalidade e o prazo de envio.



Quadro 04 – Eventos Não Periódicos

Código	Nome	Funcionalidade	Prazo de envio
S-2200	Admissão do Trabalhador	Evento que registra a admissão do empregado. É o primeiro evento relativo a um vínculo, e é obrigatório para que outros eventos não periódicos possam ser enviados.	Até o dia imediatamente anterior ao do início do trabalho.
S-2206	Alteração de Contrato de Trabalho	Registra as alterações no contrato de trabalho como: alterações de salário, cargo, horário, entre outros.	Até o dia 07 (sete) do mês subsequente ou até o envio dos periódicos do mesmo mês que a alteração.
S-2210	Comunicação de Acidente de Trabalho	Envia as informações para comunicar acidente de trabalho, ainda que não haja afastamento do trabalhador de suas atividades laborais.	Até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato.
S-2230	Afastamento Temporário	Informar os afastamentos temporários dos trabalhadores, bem como: férias, acidentes de trabalho, afastamento por doenças, licença maternidade, entre outros.	Até o dia 7 (sete) do mês subsequente ou até o 16º dia da sua ocorrência no caso de afastamento com duração superior a 15 (quinze) dias.
S-2299	Desligamento	Registrar o desligamento/rescisão do trabalhador.	Até 10 (dez) dias seguintes à data do desligamento.
S-2300	Trabalhador Sem Vínculo de Emprego - Início	Informações cadastrais relativas a trabalhadores que não possuem vínculo empregatício com a empresa, como: Contribuinte individual, Pró-Laborista, Estagiários, Autônomos, entre outros.	Até o dia 7 (sete) do mês subsequente, ou desde que não ultrapasse a data do envio da remuneração.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Manual de Orientações do eSocial (2019).

Os eventos periódicos, por sua vez, possuem este nome visto que já possuem uma periodicidade previamente definida, e devem ser enviados de forma mensal ou anual, dependendo do evento em questão. Esses eventos são relativos à apuração da folha de pagamento, bem como a informações de produção rural, desoneração da folha e receita bruta de atividades concomitantes do Simples Nacional (REZENDE; SILVA; GABRIEL, 2018). No Quadro 05 são apresentados alguns dos eventos periódicos, bem como sua funcionalidade e seu prazo de envio.

Quadro 05 – Eventos Periódicos

(Continua)

Código	Nome	Funcionalidade	Prazo de envio
S-1200	Remuneração de trabalhador	Informar as rubricas calculadas em folha de pagamento para os trabalhadores, estagiários e bolsistas.	Mensalmente até o dia 07 do mês seguinte (exceto 13º salário, anualmente até 20 de dezembro).
S-1250	Aquisição de Produção Rural	Informações referentes à aquisição de produção rural de origem animal ou vegetal decorrente de responsabilidade tributária por substituição.	Mensalmente até o dia 07 do mês seguinte ou antes do envio do evento de Fechamento.



(Conclusão)

Código	Nome	Funcionalidade	Prazo de envio
S-1280	Informações Complementares aos Eventos Periódicos	Informações que afetam o cálculo da contribuição previdenciária patronal sobre as remunerações pagas. Desoneração de folha de pagamento e atividades concomitantes do Simples.	Mensalmente até o dia 07 do mês seguinte ou antes do envio do evento de Fechamento.
S-1299	Fechamento dos Eventos Periódicos	É o último evento periódico a ser enviado. Só deve ser enviado quando todos os outros periódicos já estiverem validados. Totaliza as bases de cálculo relativas à remuneração dos trabalhadores, envio dos débitos apurados para a DCTFWeb.	Mensalmente até o dia 07 do mês subsequente ao mês de referência (exceto 13º salário, anualmente até 20 de dezembro).

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Manual de Orientações do eSocial (2019).

Com a demonstração dos eventos periódicos no Quadro 05 têm-se elucidadas, aqui, as três classificações e alguns eventos recorrentes para envio do eSocial.

2.2.2 Unificação das Obrigações Acessórias

Como visto nos Quadros 03 a 05, são muitos os eventos que devem ser enviados com as informações do empregador e dos trabalhadores ao eSocial. Desse modo, antes mesmo do início de sua implantação, discutia-se que com a chegada do eSocial, várias seriam as obrigações acessórias que seriam substituídas. Afinal, como o envio dos eventos já se tornariam obrigatórios, não haveria a necessidade de enviar as informações relativas a movimentações de empregados, remunerações, comunicados de acidente de trabalho, dentre outros, duplicadamente, uma vez que os órgãos governamentais já disporiam de tais informações em tempo real disponibilizadas no Ambiente Nacional do eSocial (OLIVEIRA, 2014).

É nesse sentido que, conforme discorre Oliveira (2014), cerca de 80% das obrigações acessórias das rotinas de Departamento de Pessoal seriam substituídas com a chegada da obrigatoriedade do eSocial, entre elas: a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF); o livro de registro do empregado; a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT); a folha de pagamento; o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); a Guia de Recolhimento do FGTS (GFIP); os arquivos eletrônicos entregues à fiscalização como o Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD); a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); o Termo de Rescisão (TRCT); e o Formulário de seguro desemprego. A Figura 01 demonstra as obrigações acessórias substituídas com a implantação do eSocial.

Figura 01 – Substituição das Obrigações Acessórias



Fonte: Elaborado pelo com base em Brasil (2014).

Na Figura 01 é possível verificar com exatidão a unificação das informações. Antes da obrigatoriedade do eSocial as informações eram enviadas de forma descentralizada, sendo que havia uma obrigação acessória diferente para cada tipo de informação e atendia apenas a um órgão governamental, como a Receita Federal ou a Caixa, por exemplo. Com a implantação do eSocial, é possível observar as várias obrigações que vêm sendo substituídas. Assim, primeiramente as informações são transmitidas de modo centralizado apenas ao eSocial, para posterior distribuição para os órgãos competentes.

Como exemplo das obrigações que já foram substituídas, pode-se citar a Portaria nº 1.127, de 14 de outubro de 2019, onde foram publicadas as datas e condições referentes à substituição do CAGED e da RAIS pelo eSocial. E esta portaria dispõe que as empresas que já iniciaram a Fase 2, que se trata do envio dos eventos não periódicos (nesse caso, eventos de admissão e desligamento), não estão mais obrigadas ao CAGED a partir de 2020, já que estas informações seriam agora transmitidas diretamente pelo eSocial. Em relação a RAIS, vale acrescentar que a substituição passou a acontecer para o ano base 2019, porém apenas para as empresas que a partir de janeiro de 2019 já realizam o envio dos eventos periódicos ao eSocial (BRASIL, 2019).

2.3 ESOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES

Após a implantação do eSocial nas organizações, deu-se um novo conceito às obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Porém, por mais que esta nova tecnologia da informação seja apresentada aos contribuintes, o eSocial nasce como o meio por onde devem ser apresentadas tais informações. É importante destacar, portanto, que o eSocial não se caracteriza como uma nova obrigação tributária da empresa, mas sim um meio simplificado para que possa atender a todas essas obrigações unificadamente (MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO ESOCIAL, 2019).

Ao analisar toda a teorização envolvida nos procedimentos para o envio de informações pelo eSocial, é interessante analisar que em uma primeira percepção, o eSocial demonstra-se como uma obrigação complexa, e que sua chegada não teve



relação direta com a simplificação. Entretanto, para Pacheco Filho e Kruger (2015) trata-se na verdade de uma falsa percepção relacionada a seus diversos leiautes e a sua forma fragmentada de transmissão, sendo diretamente proporcional aos vínculos existentes na empresa. Quanto maior o número de colaboradores, mais eventos deverão ser enviados, separadamente por cadastro.

No entanto, de acordo com os referidos autores, esta é realmente a ideia do eSocial, a informação deve ser transmitida exatamente no momento de sua inserção no sistema, para que, dessa forma, não haja a necessidade de represá-las para uma futura transmissão agrupada. Tal ação é apenas possível visto que para cada evento existe um leiaute específico, onde a cada nova informação preenchida no sistema, já é realizada automaticamente a comunicação com o Ambiente do eSocial por meio de um webservice, sem que seja preciso aguardar novas informações, em um considerável período de tempo, para que seja possível importá-las todas agrupadas em um Programa Gerador de Declaração (PGD), como era realizado antes da inserção do eSocial.

Antes da implantação do eSocial, as informações eram transmitidas separadamente e ainda em datas distintas para cada um dos órgãos competentes. Após a sua implantação, tornou-se necessário apenas realizar o envio uma única vez, visto que todas as informações são transmitidas apenas para uma base dados, na mesma hora que acontecem e via internet. É, portanto, reduzindo o trabalho desnecessário na geração das informações que o eSocial visa a simplificação. Porém, cabe ressaltar que não só benefícios foram resultantes pós implantação, mas também desafios, uma vez que com a implantação dessa plataforma é fundamental que a empresa esteja preparada para tal mudança, de modo que tenha um ambiente integrado padronizado para que possa realizar a comunicação com o portal de forma rápida e transparente (REZENDE; SILVA; GABRIEL, 2018).

2.3.1 Vantagens e desvantagens do eSocial

Com a implantação do eSocial, uma série de objetivos foram propostos para a sociedade. Destacam-se os seguintes: grande redução de custos com a eliminação do papel, visto que o armazenamento de dados ocorre em meio digital; substituição de aproximadamente quinze obrigações acessórias, reduzindo custos aos contribuintes; automação nas rotinas; segurança na transmissão dos dados; padronização de cadastros na RFB, Ministério da Economia (ME), INSS e na Caixa; rapidez no acesso e consulta às informações; melhoria na qualidade de informações para controle do Estado; e redução nas fraudes, visto que o envio das informações torna-se amplamente fiscalizado (PACHECO FILHO; KRUGER, 2015).

Além dos objetivos elencados, Pacheco Filho e Kruger (2015) ainda citam outros benefícios que podem ser notados com a inserção o eSocial, como: melhoria na qualidade de informações, que repercutirá em um maior controle, por parte do governo, na concessão de benefícios previdenciários; inclusão social de trabalhadores que se encontram à deriva da sociedade; combate aos ilícitos tributários; e melhoria nas políticas governamentais para distribuição de renda e manutenção do empregado no Brasil.

Mencionados os benefícios emergidos com a implantação do eSocial, cabe, entretanto, acentuar, aqui que, na percepção das empresas, sua implantação também gerou desvantagens. Nesse sentido, é considerável que durante a implantação do eSocial, é possível enxergar alguns desafios e desvantagens, como: gastos com



atualizações de sistema ou com a aquisição para aqueles que ainda não possuem um *software* capacitado para o envio; gastos também com capacitação de empregados; demanda extra de trabalho para capacitação ou contratação nova de mão de obra especializada; e por fim, com a maior transparências das informações com o envio, maior será o risco de autuações fiscais com erros e atrasos de transmissão (REZENDE; SILVA; GABRIEL, 2018).

Ainda no início da implantação, os autores Leal *et. al* (2016) constataram em seu estudo que os profissionais contábeis acreditavam que com a chegada do eSocial os principais benefícios seriam a substituição do grande número de obrigações acessórias, redução nos arquivos físicos e aprimoramento das rotinas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Na percepção dos autores, os profissionais entendem que também trouxe desafios, como ausência de pessoal capacitado; aumento nos custos administrativos; cuidados com a questão de prazos e penalidades; e customização dos sistemas contábeis.

Durante o processo de implantação, foi possível constatar que algumas empresas ainda possuíam perspectivas negativas em relação ao processo de implantação do eSocial. Oliveira, Santana e Martins (2017) conseguiram verificar que os contadores não conseguem visualizar um impacto positivo, visto que não estão preparados para a mudança. Os entrevistados acreditam que, com a implantação do eSocial, demandaria um grande aumento do cumprimento da legislação trabalhista, não havendo nenhuma redução nos valores referentes à carga tributária. Além disso, segundo dos autores, tais profissionais afirmam que o governo será o maior beneficiado com este projeto.

Em contrapartida, após a implantação do eSocial, é possível verificar que algumas organizações evidenciaram um impacto positivo. Conceição, Lima e Martins (2020) verificaram em sua pesquisa que o eSocial trouxe uma melhora na conexão e empatia entre os profissionais contábeis e seus clientes, além de fazer com que a empresa se adequasse melhor às normas, ajustando seu trabalho de maneira correta conforme a legislação.

2.4 ESTUDOS CORRELATOS

Em seguida, serão apresentados alguns estudos relacionados à mesma linha de raciocínio desta presente pesquisa. No Quadro 06 são apresentados os estudos correlatos.

Quadro 06 – Estudos Correlatos

(Continua)

AUTORES	OBJETO DE ESTUDO	OBJETIVO GERAL
SILVA, Josyele da Cruz; SOUSA, Nadjany Gomes de; Ayres, Marco Aurélio Cavalcante (2020)	Implantação e cumprimento do eSocial na percepção do profissional contábil.	Identificar se os profissionais associados a ASCOBIB atuantes na região das proximidades do polo da Unitins de Augustinópolis encontraram dificuldade na implantação do eSocial.
OLIVEIRA, Lucimara da Silva; SANTANA, Tayana Pereira; MARTINS, Zilton Bartolomeu (2017)	Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial	Analisar as perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial.



(Conclusão)

AUTORES	OBJETO DE ESTUDO	OBJETIVO GERAL
CONCEIÇÃO, Felipe Opuszka; LIMA, Lucas Ferreira; MARTINS, Zilton Bartolomeu (2020)	Desafios das organizações contábeis acerca do eSocial após sua implementação.	Analisar os desafios de organizações contábeis acerca do eSocial após sua implementação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram apresentados, no Quadro 6, alguns estudos importantes que contribuíram com a elaboração desta pesquisa e nortearam algumas das questões elaboradas do questionário. Os artigos foram encontrados no 'Google Acadêmico' e foram importantes para a comparação dos resultados encontrados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta terceira seção, será abordado acerca do enquadramento metodológico deste estudo. Posteriormente, serão apresentados os procedimentos utilizados para coleta e análise dos dados gerados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Em relação à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quantitativa, uma vez que este estudo é focado na incidência dos números, na frequência relativa que resultam o mesmo dado entre os entrevistados. Para Raupp e Beuren (2003) a pesquisa quantitativa prioriza o emprego dos instrumentos estatísticos na coleta e no tratamento dos dados, garantindo precisão nos dados obtidos a partir de certa amostra.

No que tange aos objetivos deste estudo, importa mencionar que são de cunho descritivo, visto que busca descrever os impactos de um fenômeno da realidade e não interferir no processo de aplicação. Para Prodanov e Freitas (2013) uma pesquisa é considerada descritiva quando o pesquisador apenas analisa os dados sem interferir neles, fazendo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, utilizando-se de questionários, assumindo na maioria dos casos a forma de levantamento.

Em relação aos procedimentos, este estudo se enquadra como uma pesquisa de levantamento, já que foram solicitadas algumas informações a um grupo seletivo, para a partir disso analisar os fatos e obter conclusões relevantes acerca dos dados coletados via questionário. Para Gil (2010), as pesquisas de levantamento se caracterizam pela interrogação direta de um grupo significativo de pessoas acerca do problema, para que então possa ser realizado uma análise do fato e, assim, obter conclusões necessárias de acordo com os dados coletados.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

No que concerne aos procedimentos para a coleta de dados, importa mencionar que foi realizado um questionário via 'Formulários Google' com quatorze



perguntas fechadas (APÊNDICE A), destinado a um grupo de 42 profissionais de contabilidade da região de Criciúma – SC. Este questionário foi encaminhado via e-mail pessoal do autor deste estudo e via e-mail do Sindicato dos Contabilistas de Criciúma e ficou disponibilizado de 30 de abril de 2021 a 14 de maio de 2021. A amostra utilizada no estudo, será classificada como não probabilística, escolhida por conveniência. A amostragem não probabilística é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador (MATTAR, 1996).

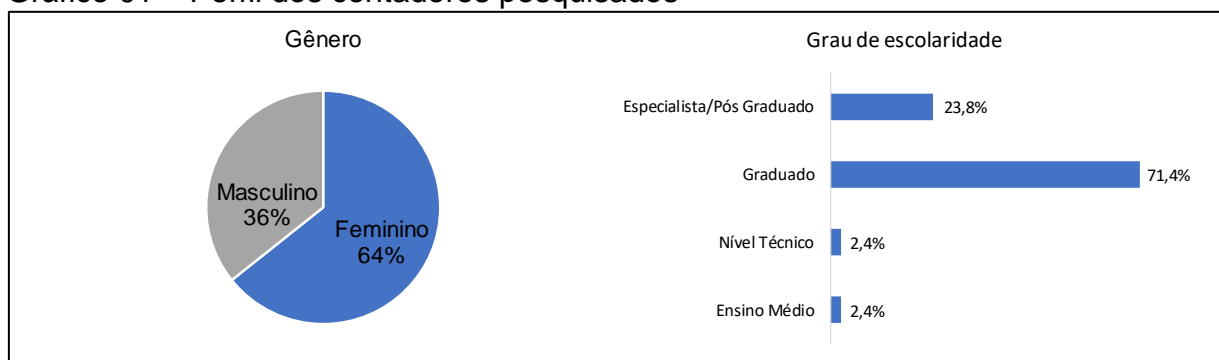
Após o preenchimento e retorno deste questionário, os dados foram analisados e agrupados por meio de gráficos utilizando o *software* Excel, utilizados para constatar se, na percepção dos profissionais de contabilidade, os objetivos do eSocial estão sendo atingidos. Nos casos em que não houve a percepção de que os objetivos da implantação do eSocial estão sendo atingidos, este estudo buscou descrever quais os desafios que esses profissionais estão enfrentando ao lidar com o eSocial.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para atingir os objetivos propostos por este estudo, a análise dos resultados da pesquisa foi dividida em quatro blocos de perguntas, sendo o primeiro referente ao perfil dos entrevistados, bem como o perfil da empresa ou escritório de contabilidade; o segundo bloco teve como foco analisar as percepções que tiveram os profissionais acerca do processo de implantação do eSocial; o terceiro bloco de perguntas focou na questão dos impactos pós implantação e o quarto bloco apresentou o ponto de vista dos profissionais a respeito do eSocial de modo geral.

Diante disso, o Gráfico 1 inicia a análise do primeiro bloco trazendo o perfil dos pesquisados.

Gráfico 01 – Perfil dos contadores pesquisados

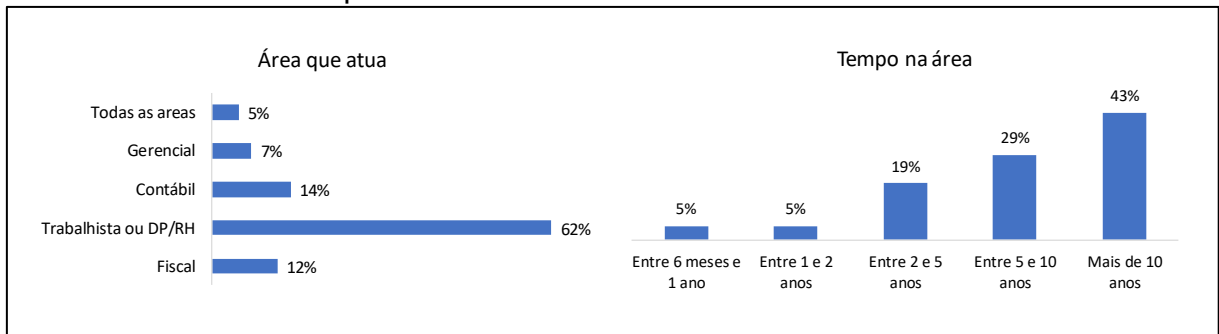


Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Gráfico 01, é possível verificar que o gênero feminino é predominante, totalizando 64% dos profissionais pesquisados. Referente ao grau de escolaridade nota-se que mais de 71% dos profissionais são graduados, demonstrando que a grande parte dos respondentes já possui formação acadêmica. A seguir, o Gráfico 02 apresenta a área e o tempo de atuação dos respondentes.



Gráfico 02 – Área e tempo atuante

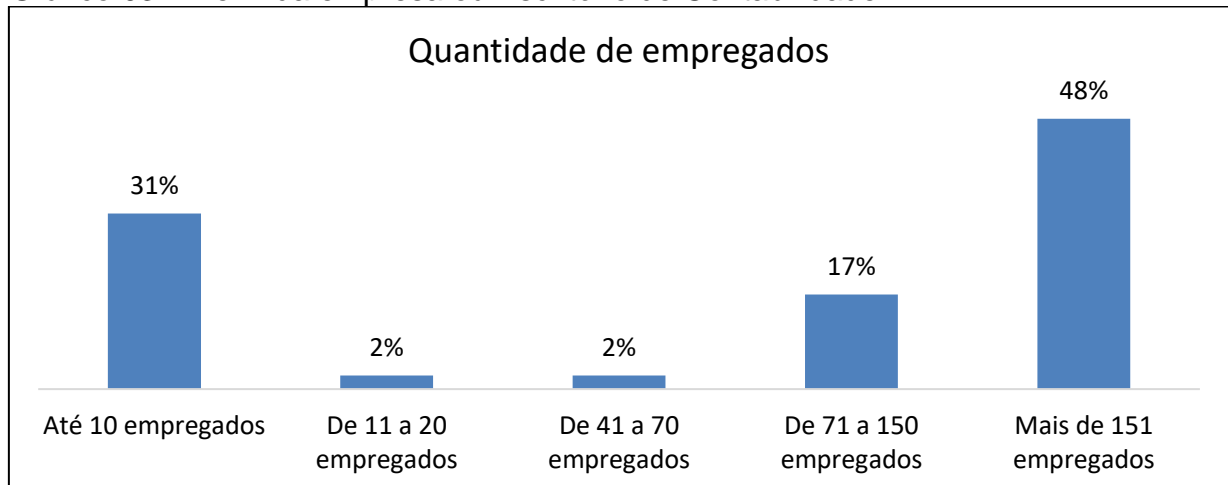


Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 02 demonstra que 60% dos pesquisados, atuam na área Trabalhista, DP ou Recursos Humanos (RH) da empresa ou escritório de contabilidade, sendo um dado já esperado visto que o eSocial envolve informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. É possível verificar uma tendência de maior experiência por parte dos profissionais de contabilidade para a área, visto que 43% dos respondentes atuam a mais de dez anos, seguidos de 29% que atuam entre cinco a dez anos.

Adiante, o Gráfico 03 apresenta as questões acerca do processo de implantação do eSocial.

Gráfico 03 – Perfil da empresa ou Escritório de Contabilidade



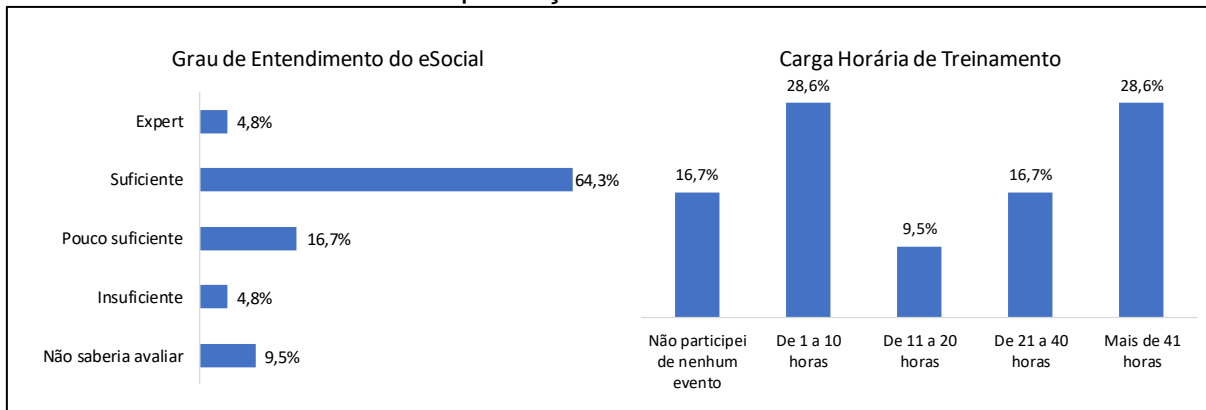
Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se por meio do Gráfico 03, que boa parte dos pesquisados são responsáveis por uma quantidade bastante expressiva de empregados, visto que a responsabilidade de prestar as informações ao eSocial sobre mais de 151 empregados representa 48% dos pesquisados.

O Gráfico 04 contempla as questões relacionadas ao processo de implantação do eSocial.



Gráfico 04 – Entendimento e Capacitação

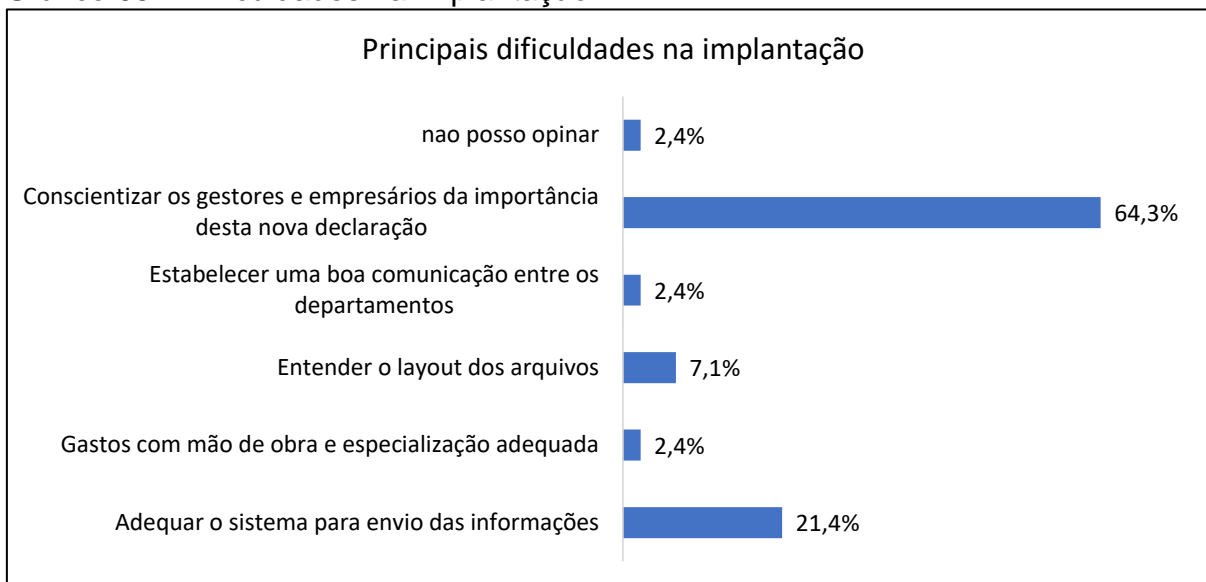


Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados demonstram que 64,3% dos pesquisados possuem entendimento suficiente acerca do eSocial, mostrando-se um dado positivo, visto que os profissionais estão buscando cada vez mais se inteirar sobre o assunto. Em relação aos eventos, cursos e treinamentos, o Gráfico 04 aponta que apenas 16,7% dos pesquisados não investiram nenhum tempo com capacitação durante o processo de implantação do eSocial, sendo que 28,6% possuem mais de 41 horas de treinamento e 16,7 possuem entre 21 e 40 horas.

A seguir, o Gráfico 05 apresenta as dificuldades e o principal objetivo do eSocial na percepção dos profissionais pesquisados.

Gráfico 05 – Dificuldades na Implantação



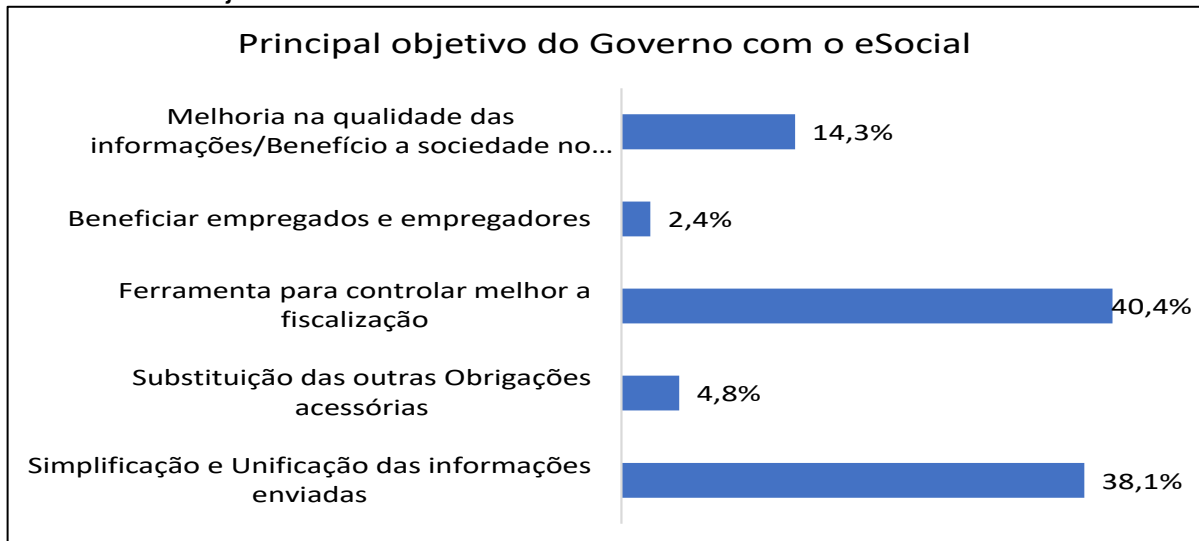
Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme é possível analisar no Gráfico 05, representando 64% da pesquisa, a maioria dos pesquisados acredita que o principal obstáculo no processo de implantação foi conseguir conscientizar os gestores das empresas em relação ao eSocial, demonstrando que, além de todo trabalho que requer a obrigação, ainda é necessário um projeto de sensibilização com os donos das empresas, de forma a



ensinar a tais gestores que não é mais possível enviar informações retroativas e que cada evento possui um leiaute específico com todas as informações que devem conter, sendo indispensável o cumprimento de todos os requisitos. Tal resultado corrobora com a pesquisa de Oliveira, Santana e Martins (2017), que também identificaram como maior dificuldade a sensibilização dos gestores. O Gráfico 06 aponta qual o principal objetivo do eSocial na visão dos pesquisados.

Gráfico 06 – Objetivo do eSocial

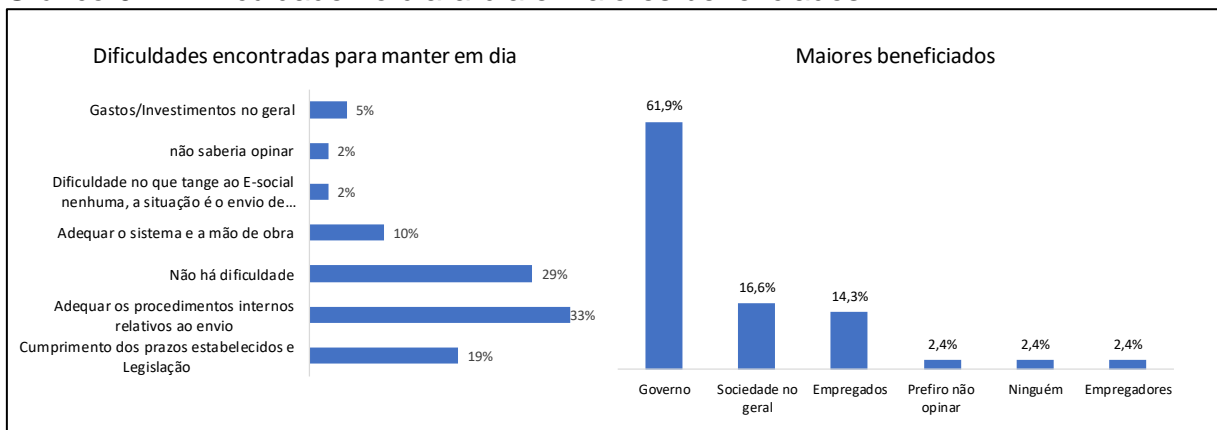


Fonte: Dados da pesquisa

No que tange aos objetivos do eSocial, o Gráfico 06 demonstra uma acirrada percepção quanto ao seu principal objetivo, sendo que 40,4% dos pesquisados apontaram ser uma ferramenta criada para melhorar a fiscalização dos contribuintes. Dessa forma, aumentando o risco de autuações fiscais com erros e atrasos de transmissão, conforme apontam Rezende, Silva e Gabriel (2018). Enquanto 38,1% dos entrevistados acreditam que o real objetivo do eSocial é a simplificação e unificação das informações, corroborando com Oliveira (2014) que traz como um dos principais objetivos.

Adiante, no Gráfico 07 apresentam-se as questões referente ao processo pós-implantação do eSocial.

Gráfico 07 – Dificuldade no dia-a-dia e maiores beneficiados



Fonte: Dados da pesquisa.

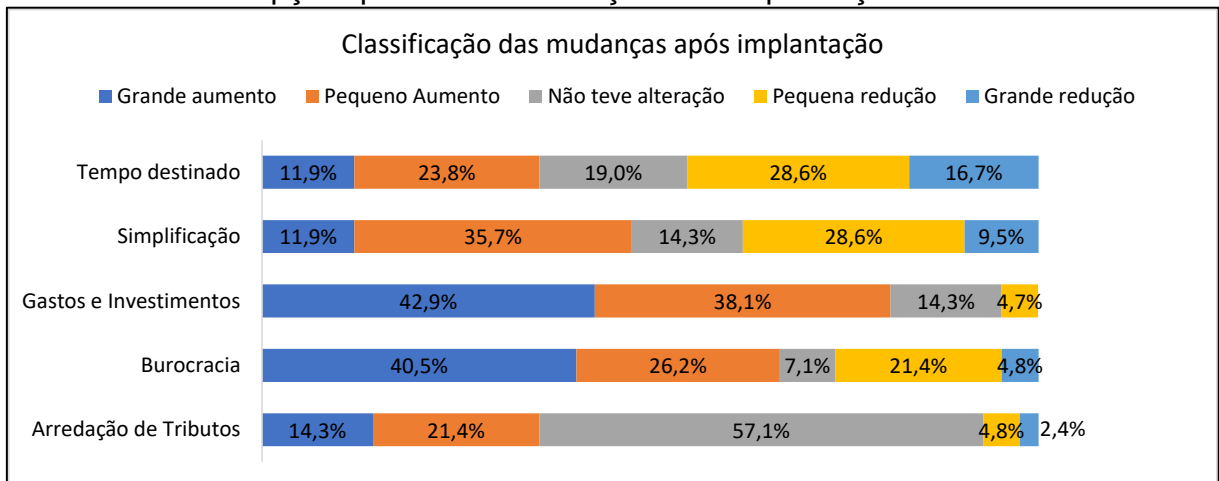


Diferentemente do Gráfico 05, o Gráfico 07 aponta as dificuldades encontradas no processo pós-implantação, no processo de manter em dia o envio ao de informações ao eSocial e cumprimento com todas as obrigações. Nesse quesito, com 33% das respostas, adequar os procedimentos internos representa o maior percentual encontrado. Porém é importante destacar que, em segundo lugar, 29% dos participantes apontam que não há mais dificuldade em trabalhar com o eSocial no dia a dia, dando a entender que, atualmente, já se acostumaram com a ferramenta e, desse modo, ela já não apresenta mais problemas e desafios. As repostas dessa porcentagem de entrevistados, opõem-se à Conceição, Lima e Martins (2020) que encontraram o cumprimento dos prazos como maior dificuldade para adequação.

De acordo com os dados, a maioria, representando quase 62% da pesquisa, concorda que o Governo ainda é o maior beneficiado com a implantação do projeto, fato este que vai ao encontro à pesquisa de Oliveira, Santana e Martins (2017), em que aproximadamente 67% dos pesquisados também acreditam ser o Governo o maior beneficiado.

O Gráfico 08 evidencia a percepção dos profissionais de contabilidade pesquisados em relação às mudanças acarretadas após a implantação do eSocial.

Gráfico 08 – Percepção quando as mudanças Pós-Implantação



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 08 demonstra a percepção dos profissionais pesquisados quanto às mudanças com relação a: tempo destinado ao envio de outras obrigações, simplificação das obrigações, gastos e investimentos, burocracia e arrecadação de tributos, respectivamente. Os dados apontam que aproximadamente 29%, maior resultado, da população pesquisada acredita possuir uma pequena redução no tempo destinado ao envio das obrigações quando comparada com as antigas obrigações acessórias. E também 16,7% aponta uma grande redução, percentuais que proporcionam uma comparação com o Gráfico 04, referente a carga horária de treinamento, podendo supor que mais dos 45% de pesquisados, por investir mais tempo com eventos, aponta hoje que a chegada do eSocial reduziu o tempo necessário para envio das obrigações. Porém, também é importante destacar que aproximadamente 12% dos profissionais apontam um grande aumento do tempo, e 23,8% um pequeno aumento.

Já no que tange a simplificação obteve-se também divergência de resultados, uma vez que aproximadamente 36% dos pesquisados acreditam que o eSocial trouxe



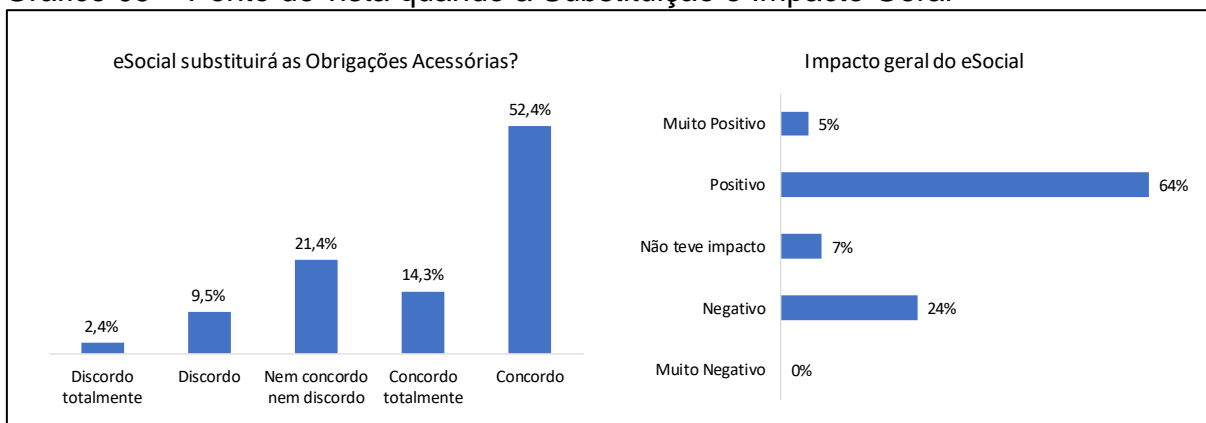
um pequeno aumento de simplificação na prestação das informações e 11,9% um grande aumento, que se também comparado com o Gráfico 04, pode-se supor que estes pesquisados com maior tempo investido com treinamentos e cursos do eSocial podem apontar uma maior simplificação com a chegada do eSocial. Enquanto aproximadamente 29% dos pesquisados aponta uma pequena redução e 9,5% uma grande redução, que se comparado ao mesmo gráfico especificado, pode ter uma relação direta com 45,3% dos pesquisados que investiram no máximo 10 horas com eventos do eSocial.

Quanto aos gastos e investimentos, aproximadamente 43% dos pesquisados acreditam que todo o processo de implantação do eSocial trouxe um grande aumento de gastos, e mais 38,1% aponta uma pequena redução, que se comparado com o gráfico dos treinamentos, quando mais tempo investido com ações sobre o eSocial, maior será também o valor de gastos e investimentos.

No quesito burocracia, vale destacar que 40,5% dos profissionais que o eSocial resultou em um grande aumento e 26,2% um pequeno aumento, resultado este que se opõe aos dados analisados por Oliveira, Santana e Martins (2017), em que, com a implantação do eSocial, houve uma pequena redução da burocracia. Por fim, importa registrar que mais da metade dos pesquisados acreditam que não houve mudanças quanto a arrecadação de tributos, representando 57% dos pesquisados e corroborando com os autores supracitados, os quais também apontaram não haver redução na carga tributária. Fato este que deve ser considerado no quesito multas e autuações, uma vez que em relação a tributação, o eSocial não proporcionou alteração na carga tributária.

Por fim, o Gráfico 09 visa apresentar as questões referentes ao ponto de vista dos pesquisados, no que diz respeito à substituição e impacto geral do eSocial.

Gráfico 09 – Ponto de vista quando a Substituição e Impacto Geral



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar o Gráfico 09, percebe-se que, totalizando um pouco mais da metade, 52,4 dos entrevistados acreditam que a chegada do eSocial substituirá o envio das outras obrigações acessórias, como a RAIS, DIRF, CAGED, GFIP, dentre outras. Fato que contradiz totalmente o resultado encontrado por Conceição, Lima e Martins (2020), em que mais de 57% dos entrevistados discordam que o eSocial possibilitou a eliminação dessas obrigações.

Após todo o processo de apresentação, implantação e pós-implantação do eSocial - corroborando, aqui, com Conceição, Lima e Martins (2020) que também



obtiveram este resultado em sua pesquisa - a maioria dos profissionais veem um impacto positivo gerado pelo eSocial, totalizando 64% dos pesquisados e representando que, se colocado na balança, os benefícios do eSocial são maiores e mais perceptivos que os desafios e desvantagens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar as percepções dos profissionais de contabilidade da região de Criciúma/SC acerca do eSocial. Na pesquisa, os entrevistados indicam que já possuem conhecimento suficiente sobre o assunto, porém, alguns ainda afirmam que há dificuldades para manter em dia a plataforma.

De acordo com análise da pesquisa, a maioria dos pesquisados concordaram que a principal dificuldade encontrada durante o processo de implantação do eSocial foi a conscientização dos empresários e gestores da empresa, demonstrando como a chegada neste novo projeto necessitou de uma sensibilização focada aos donos das empresas e na forma como eram prestadas as informações de seus funcionários.

Desse modo, após já implantada as fases iniciais, a ideia da conscientização permanece, e os desafios se concentram na adequação dos procedimentos e processos internos na organização entre gestor e contador. Porém, importante destacar que uma boa parte dos profissionais respondentes apontam que atualmente não há mais dificuldades em manter os envios ao eSocial. Além disso, os pesquisados acreditam que o maior beneficiado com todo esse processo ainda é o Governo, apontando como o principal objetivo da implantação o acesso a uma ferramenta para controlar melhor a fiscalização.

Como pontos positivos, vale pontuar que, com a implantação do eSocial, o tempo destinado ao envio das obrigações acessórias sofreu uma pequena redução e houve um pequeno aumento, no que diz respeito à simplificação das informações. Entretanto, como pontos negativos, as análises dos dados demonstram que os quesitos como os gastos e investimentos com a implantação e a burocracia tiveram um grande aumento, quando comparados com o período em que o eSocial ainda não estava dentro do prazo de obrigatoriedade. Ademais, em relação à arrecadação de tributos, os dados apontam não sofrer alteração.

Por fim, após todas as considerações, de acordo com a opinião dos profissionais de contabilidade pesquisados, o impacto geral do eSocial para as empresas é positivo. Assim, ressalta-se que a questão geral desta pesquisa foi respondida e os objetivos geral e específicos foram atingidos.

É válido salientar que este artigo teve relevância social ao demonstrar como os profissionais se sentem quanto ao processo de implantação do eSocial e qual a sua perspectiva em relação aos benefícios e desafios que esta obrigação os proporcionou.

Quanto ao fator limitante desta pesquisa, destaca-se o percentual de profissionais a título de amostra, sendo um número baixo de respondentes, demonstrando a dificuldade em se obter respostas das empresas e organizações contábeis. Destaca-se também que este estudo não pode ser generalizado, visto que se aplicada em diferentes cidades e regiões pode-se obter resultados diferentes.

Nesse sentido, para trabalhos futuros, sugere-se aplicar esta investigação em amostras maiores, a fim de buscar confirmação para os resultados aqui apresentados. Outra sugestão de pesquisa é a aplicação deste questionário em outras regiões e cidades por todo o território nacional.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Conheça o eSocial**. 2019. Disponível em: <http://portal.esocial.serpro.gov.br/institucional/conheca-o>. Acesso em: 07 de nov. 2020.
- BRASIL. **Cronograma de Implantação**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/aceso-ao-sistema/cronograma-de-implantacao/ambiente-de-producao-empresas>. Acesso em: 07 de nov. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped**. Diário Oficial, Brasília, DF. 22 jan. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm. Acesso em: 27 set. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013. **Altera o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped**. Diário Oficial, Brasília, DF. 8 abr. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7979.htm. Acesso em: 27 set. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 8.373, 11 de dezembro de 2014. **Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial e dá outras providências**. Diário Oficial, Brasília, DF., 11 dez. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8373.htm. Acesso em: 27 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Portaria nº 1.127, de 14 de outubro de 2019. **Define as datas e condições em que as obrigações de prestação de informações pelo empregador nos sistemas CAGED e RAIS serão substituídas pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 out. 2019. p. 26. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.127-de-14-de-outubro-de-2019-221811213>. Acesso em: 08 nov. 2020.
- CARDOSO, A. C. F. A implantação do SPED Contribuições sob a percepção de seus usuários. **Revista de Contabilidade da FA7**, v. 1, n. 1, p. 1-15, jan./2016. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistadecontabilidade/article/view/23>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- CONCEIÇÃO, F. O.; LIMA, L. F.; MARTINS, Z. B. Desafios das organizações contábeis acerca do eSocial após sua implementação. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador-Bahia, v. 14, n. 1, p. 3-19, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/32675>. Acesso em: 03 nov. 2020.



FILIPIN, R. *et al.* Impactos e Benefícios da Implantação do EFD Social para os Profissionais de Escritórios de Contabilidade. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 17, n. 2, p. 367-382, 2016. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/43121/impactos-e-beneficios-da-implantacao-do-efd-social-para-os-profissionais-de-escritorios-de-contabilidade-/i/pt-br>. Acesso em: 03 nov. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020.

IOB. **Guia Prático do eSocial: orientações gerais e principais eventos**. 2. ed. São Paulo: Sage, 2020. 871 p. Disponível em: <https://www.iob.com.br/newsletterimages/iobstore/sumarios/2015/out/LIV21300.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

LEAL, J. M. D. R. *et al.* Implementação do eSocial: benefícios e desafios sob as perspectivas dos profissionais contábeis da Paraíba. **Revista Gestão e Organizações**, v. 01, n. 01, p. 124-142, maio/out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rgo/article/view/1036>. Acesso em: 09 nov. 2020.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO eSOCIAL. 01/2019. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/mos-2-5-01.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

MARTINS, P. L. *et al.* **Tecnologia e Sistemas de Informação e Suas Influências na Gestão e Contabilidade**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2012. 13 p. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/28816533.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas. 1996.

OLIVEIRA, A. D. **eSOCIAL: Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2014. 424 p. *E-book*.

OLIVEIRA, D. R.; ÁVILA, L. A. C. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Um estudo do nível de qualificação dos profissionais contábeis em uma cidade do estado de Minas Gerais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 21, n. 1, pp. 57-69, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/15694>. Acesso em: 03 nov. 2020.

OLIVEIRA, L. D. S.; SANTANA, T. P.; MARTINS, Z. B. Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial. **RMC, Revista Mineira de Contabilidade**, Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, v. 18, n. 2, art. 4, p. 41-53, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc&page=article&op=view&path%5B%5D=686&path%5B%5D=433>. Acesso em: 09 nov. 2020.



PACHECO FILHO, J.; KRUGER, S. **eSocial: modernidade na prestação de informações ao governo federal**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 369 p. *E-book*.

PETRI, S. M. *et al.* Escrituração Fiscal Digital (EFD): vantagens e desvantagens a partir da literatura selecionada. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, Florianópolis, v.12, n. 36, p.53-69, 2013. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1814>. Acesso em: 03 nov. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: EDITORA FEEVALE, 2013. 277 p. *E-book*.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

REZENDE, M. E. T.; SILVA, M. L. D.; GABRIEL, R. A. **Esocial prático para gestores**. 2. ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2018. 136p. *E-book*.

SANT'ANA, M. A. S.; TELÓ, A. R. As mudanças culturais nas organizações, na área contábil e no governo em função do Sped. **Programa de Apoio à Iniciação Científica - PAIC 2009-2010**. Amazonas, maio 2010. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/8631626544165073.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SEBOLD, M. *et al.* Evolução da contabilidade brasileira: do governo eletrônico ao sistema público de escrituração digital – SPED. **Reflexão Contábil**, v. 31, n. 2, p. 23-32, ago. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/14603/9520> Acesso em: 27 set. 2020

SILVA, J. C.; SOUSA, N. G.; AYRES, M. A. C. eSocial: Implantação e cumprimento na percepção do profissional contábil. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 9, p. 8-24, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2188>. Acesso em: 01 jun. 2021.



APÊNDICE



APÊNDICE A

Qual o gênero?

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não dizer

Qual o grau de escolaridade?

- Ensino Médio
- Nível Técnico
- Graduado
- Especialista/Pós Graduado
- Mestrado ou Doutorado

Qual a área que atua?

- Trabalhista ou DP/RH
- Fiscal
- Contábil
- Gerencial
- Outros _____

Tempo que está na área citada acima?

- Até 6 meses
- Entre 6 meses e 1 ano
- Entre 1 e 2 anos
- Entre 2 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos

Qual a quantidade de empregados que o departamento é responsável pelo envio do eSocial?

- Até 10 empregados
- De 11 a 20 empregados
- De 21 a 40 empregados
- De 41 a 70 empregados
- De 71 a 150 empregados
- Mais de 151 empregados

Como você avalia o seu entendimento em relação ao eSocial?

- Não saberia avaliar
- Insuficiente
- Pouco suficiente
- Suficiente
- Expert

Qual a carga horária total somando os eventos (palestras, cursos, treinamentos, seminários) que já participou sobre o eSocial?

- Não participou de nenhum evento
- De 1 a 10 horas



- De 11 a 20 horas
- De 21 a 40 horas
- Mais de 41 horas

Quais a principal dificuldade enfrentada na implantação do eSocial?

- Adequar o sistema para envio das informações
- Gastos com mão de obra e especialização adequada
- Entender o layout dos arquivos
- Estabelecer uma boa comunicação entre os departamentos
- Conscientizar os gestores e empresários da importância desta nova declaração
- Outros _____

O que você entende como principal objetivo do Governo Federal na implantação do eSocial?

- Simplificação e Unificação das informações enviadas
- Substituição das outras Obrigações acessórias
- Ferramenta para controlar melhor a fiscalização
- Beneficiar empregados e empregadores
- Melhorar na qualidade das informações/Benefício a sociedade no geral
- Outros _____

Quais as maiores dificuldades que está encontrando para manter o eSocial em dia?

- Não há dificuldade
- Adequar os procedimentos internos relativos ao envio
- Cumprimento dos prazos estabelecidos e Legislação
- Adequar o sistema e mão de obra
- Gastos/Investimentos no geral
- Outros _____

Quem você acha que seriam os maiores beneficiados com o eSocial?

- Governo
- Empregadores
- Contadores
- Empregados
- Sociedade no Geral
- Outros _____

Como você classificaria as mudanças acarretadas após a implantação do eSocial, quanto há:

Burocracia

- Grande redução
- Pequena redução
- Não teve alteração
- Pequeno Aumento
- Grande aumento



Arrecadação de Tributos

- Grande redução
- Pequena redução
- Não teve alteração
- Pequeno Aumento
- Grande aumento

Simplificação

- Grande redução
- Pequena redução
- Não teve alteração
- Pequeno Aumento
- Grande aumento

Tempo que era gasto com a preparação e envio das obrigações acessórias no todo (DIRF, CAGED, RAIS...)

- Grande redução
- Pequena redução
- Não teve alteração
- Pequeno Aumento
- Grande aumento

Gastos e Investimentos

- Grande redução
- Pequena redução
- Não teve alteração
- Pequeno Aumento
- Grande aumento

Você concorda que eSocial possibilitou/possibilitará a substituição das obrigações trabalhistas acessórias?

- Discordo totalmente
- Discordo
- Nem concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

PONTO DE VISTA DO ENTREVISTADO

Na sua opinião, qual o impacto geral do eSocial para as empresas?

- Muito Negativo
- Negativo
- Não teve impacto
- Positivo
- Muito Positivo